

POLICIAL MILITAR PARA SEMPRE? UMA ANÁLISE DO HABITUS E DO PATRIMÔNIO DE DISPOSIÇÕES DO POLICIAL MILITAR SEGUNDO BERNARDLAHIRE E PIERRE BOURDIEU

ANA CARINE NUNES VAZ TAVARES¹ ; MARIA THEREZA ROSA RIBEIRO²

¹ Universidade Federal de Pelotas- Mestranda em Sociologia, do PPGS-UFPel - vaztavaresadv@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas- Orientadora. Professora Doutora em Sociologia, do PPGS-UFPel. - mtherezaribeiro@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um recorte da Dissertação de Mestrado em Sociologia ainda em progresso. No intuito de contribuir com o campo de pesquisa da segurança pública, o foco de análise é o policial militar que entra na “inatividade mediante transferência para a reserva remunerada”, seu desligamento da corporação e sua posterior reintegração. Se o policial escolhe ou não permanecer na corporação da Brigada Militar, quais os motivos dessa escolha e sua adaptação à vida civil.

A pesquisa tem por problema teórico o seguinte questionamento: até que ponto a introspecção do “patrimônio de disposições” (LAHIRE, 2004), agregado à vida do policial militar como “disposição para crer e para agir” por meio da socialização na instituição da Brigada Militar, influencia a ação e escolhas desse agente na esfera de relações sociais na vida civil. Esse problema faz sentido, à medida que, a partir do momento em que o policial militar completa seu tempo de serviço dentro da corporação, ele está apto a escolher se continua ou não na instituição militar. Nesse último caso, o policial militar lança mão da reserva remunerada.

Atualmente, em função da vigência da Lei Ordinária nº. 10.297/94 que dispõe sobre o Corpo Voluntário de Militares Estaduais Inativos da Brigada Militar (CVMI) e da Lei Complementar nº 12.351/05 que dispõe sobre a concessão de um abono de incentivo à permanência no serviço ativo (AIPSA), o policial militar poderá, após completar o tempo hábil para ingresso na reserva remunerada, requerer sua continuidade de permanência no serviço ativo.

Trata-se de observar a ação e escolhas do policial militar no final da vida profissional, quando entra para a reserva supostamente tendo, ainda, capacidade psicológica e vigor físico para continuar trabalhando. Por conseguinte, será que o policial militar que por tantos anos agiu e viveu sob o regime da obediência às normas de disciplina e hierarquia impostas pela corporação militar, conseguirá se adaptar à rotina da esfera de relações sociais da vida civil?

Os objetivos da pesquisa lastreiam-se principalmente em compreender as condições e os efeitos da possível influência do patrimônio de disposições incorporadas pelo policial militar por meio da socialização na instituição Brigada Militar, na esfera das relações sociais da vida civil cotidiana desse policial. O foco da análise apresenta a possibilidade de rupturas ou descontinuidades entre as disposições adquiridas por socializações anteriores, no seio familiar, na escola, nas amizades, na religião, etc., e as disposições para agir e para crer adquiridas na corporação militar.

Utilizar-se-á, como suporte teórico a sociologia disposicional de Bernard Lahire e de Pierre Bourdieu, observando suas aproximações e diferenças.

Para Bourdieu, o *habitus* enquanto “disposição geral e transponível” gera um conjunto de práticas, frutos de condições sociais semelhantes que produzem um mesmo “esquema de percepção” e classificação do mundo. Assim, os agentes pertencentes à mesma classe ou ao mesmo grupo social, portadores de idêntico *habitus*, possuem homogeneidade de ações ou práticas “sistemáticamente distintas das práticas constitutivas de outro estilo de vida” (BOURDIEU, 2007).

No entanto, Lahire ao fazer sua releitura do conceito bourdieusiano de *habitus* argumenta que, socialmente, o mesmo corpo de indivíduos passa por estados diferentes e, por isso, é portador de esquemas de ação ou hábitos heterogêneos e, “até, contraditórios”. Para Lahire, cada “ator” é o resultado de diferentes experiências de socialização em diversos contextos sociais (LAHIRE, 2002). A crítica de Lahire seria justamente em função da heterogeneidade de socializações que o indivíduo pode adquirir no decorrer da trajetória de sua vida.

Considera-se que a abordagem “disposicional” de Lahire (2004), e sua interpretação da noção de *habitus* de Bourdieu (2007), colaborariam para analisar a possibilidade de rupturas ou descontinuidades entre as disposições adquiridas por socializações anteriores, e as disposições para agir e para crer adquiridas pelo policial, na corporação militar.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa é qualitativa, em razão da análise pautar-se nas escolhas e ações cotidianas dos agentes. Um comprometimento importante da pesquisa qualitativa é o de “ver as coisas pelos olhos dos entrevistados e participantes” e ser sensível a diferentes perspectivas. (GIBBS, 2009, p. 23).

Para a coleta de dados, serão aplicadas as técnicas da entrevista individual semiestruturada, aprofundada, e do Grupo Focal. Considera-se que estas duas técnicas proporcionarão um nível de informação mais completo, na medida que dão mais liberdade de resposta aos entrevistados.

Serão realizadas 12 entrevistas; dos entrevistados, 4 serão integrantes do CVMI, 4 serão integrantes do AIPSA e 4 serão aqueles que já estão reformados, ou seja, se desligaram da corporação e não desejaram mais retornar.

O tamanho da amostra foi de escolha aleatória, levando-se em conta a possível repetição e saturação das respostas, bem como a limitação que o tempo impõe à pesquisa.

Quanto a aplicação da técnica do Grupo Focal, tenciona-se realizar dois encontros com dois grupos compostos, cada um, de 6 entrevistados; destes, 2 entrevistados componentes do CVMI, 2 entrevistados componentes do AIPSA e 2 entrevistados já reformados, que não desejaram retornar à corporação. Para a discussão no Grupo Focal serão abordadas as seguintes temáticas: vida familiar e amigos, vida financeira, vida profissional/ instituição, religião e cultura.

O tamanho desta amostra igualmente deu-se de forma aleatória, porém levou-se em conta a disponibilidade dos entrevistados de participarem dos dois encontros.

Acredita-se que o Grupo Focal pode ser “uma ferramenta particularmente efetiva para interrogar a própria relação entre agência e estrutura” (CALLAGHAN apud BARBOUR, 2009, p. 64), na medida em que os participantes desta técnica podem se sentir mais seguros ao emitir suas opiniões em relação a questões mais delicadas, como alegações éticas e morais, ao considerarem que estão na presença de seus pares.

Como inspiração para embasamento do estudo utilizar-se-á, principalmente, as teses de Doutorado de Rondon Filho(2013) e Nummer(2010), além da Dissertação de Mestrado de Silveira(1989).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o presente momento realizou-se, além das entrevistas exploratórias, que tinham o objetivo de melhor delinear a pesquisa, perceber sua viabilidade e obter informações sobre quais policiais militares teriam disponibilidade de conceder entrevistas; a idéia era a de gerar confiança dentro da corporação em relação ao trabalho que se pretende desenvolver, foram, também, realizadas entrevistas aprofundadas com policiais militares integrantes do Corpo Voluntário de Militares inativos (CVMI) e com policiais militares integrantes do Abono de Incentivo de Permanência no Serviço Ativo (AIPSA).

Nas entrevistas analisa-se por que o policial militar apto a ingressar na reserva remunerada opta pelo retorno ou continuidade na corporação, em vez de escolher outra atividade profissional? E quanto àqueles que não desejam mais retornar a corporação, quais seus motivos? Portanto, investiga-se as escolhas e ações desse policial militar que ingressa na reserva remunerada, tendo ainda, supostamente, capacidade psicológica e vigor físico para permanecer no mercado de trabalho.

A resposta dos motivos econômicos é procedente, porém insuficiente para compreender as condições sociais intrínsecas à ação do policial militar que o faz aceder à atividade na corporação (Brigada Militar), após a inatividade. Assim, procura-se entender os efeitos da possível influência na esfera da vida civil do policial militar, das disposições para agir e para crer adquiridas no decorrer da socialização do policial na corporação.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa pretende, proporcionar um olhar mais abrangente em torno da reestruturação da segurança pública, no que tange a escolha do policial militar apto a ingressar na reserva remunerada, sua inserção no mercado de trabalho e sua (re) adaptação à vida civil, a fim de contribuir com os estudos que dêem visibilidade à situação do policial militar ingressante na reserva. Além dessa finalidade, espera-se que este trabalho contribua para que se entendam as condições sociais da ação do policial militar que levam a justificar a escolha em permanecer na corporação no momento da “aposentadoria”. A pesquisa também pretende incentivar a criação de políticas públicas que proporcionem mais amparo, seja financeiro, seja psicológico, o que refletirá tanto na qualidade de trabalho como na qualidade de vida, deste policial militar, quando desligado em definitivo da corporação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento.** Porto Alegre: Zouk, 2007

BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

LAHIRE, B. **Homem Plural: os determinantes da ação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

NUMMER, Fernanda Valli. **“Ser brigadiano” ou “trabalhar na brigada”: Estilos de vida entre soldados da brigada militar.** 2010. 261f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Acessado em 15 dez. 2014. Online. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27657/000764729.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 Dez. 2014

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **Lei Ordinária nº. 10.297 de 16 de novembro de 1994.** Dispõe sobre o corpo voluntário de militares estaduais inativos da Brigada Militar (CVM). Porto Alegre. Acessado em 1º. ago. 2014. Online. Disponível em:

http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=12780&Texto=&Origem=1

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **Lei Complementar nº. 12.351 de 26 de outubro de 2005.** Altera a redação do artigo 58 da Lei Complementar nº. 10.990/97 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e dá outras providências para estabelecer a gratificação de incentivo à permanência no serviço ativo. Porto Alegre. Acessado em 03 jan. 2015. Online. Disponível em:

http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_Todas_Normas=49064&hTexto=&Hid_IDNorma=49064

RONDON FILHO, Edson Benedito. **A socialização dos agentes de segurança pública: tensão entre reconhecimento e desrespeito.** 2013. 299p. Tese (Doutorado em sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Acessado em 12 dez. 2014. Online. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96162/000917550.pdf?sequence=1> Acesso em: 12 Dez. 2014

SILVEIRA, Flávio Eduardo. **O Positivismo Castilhista e o Exército: Identidade e Contradição.** 1989. 351p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989.